

## Classes A e B crescem em 70% em São Luís

(Não Assinado)

População que passou a fazer parte das duas classes aumentou entre 1996 e 2008. SÃO LUÍS - Se por um lado, a concentração das palafitas e barracos improvisados mostram um recorte de pobreza na sociedade ludovicense, por outro, as residências luxuosas, apartamentos caros e os carros importados, vistos nas ruas da capital, apontam outra tendência: o aumento no número de pessoas que fazem parte das classes A e B (população com renda familiar bruta a partir de R\$ 4.591,00). Conforme dados da Fundação Getúlio Vargas, a proporção da população que passou a fazer parte das classes A e B aumentou 70,7% entre 1996 e 2008. Em 1996, apenas 5,36% da população (41.852 pessoas) de São Luís estava nesta faixa de renda; agora, 9,15% dos moradores (91.234) da capital estão mais ricos. Em números absolutos, significa que um universo de 49 mil pessoas na capital ingressou neste patamar. “Houve uma expansão do emprego público de nível superior e isso dá um ‘up grade’ nesta população das classes A e B. O emprego público acaba sendo um trampolim. No Maranhão, apenas 3% fazem parte das classes A e B, mas em São Luís este patamar é de 9,15%, similar à média brasileira. Mas, por qual motivo isso acontece? Por que boa parte dos órgãos públicos está aqui. É uma estrutura completamente diferente do ponto de vista do emprego formal”, analisou o professor Marcelo Carneiro. De acordo com o economista José Reinaldo Júnior, existem outros fatores que podem explicar a ascensão das classes A e B em São Luís. E, entre eles, está a expansão do setor da construção civil no estado. “Em 2007, o nível de expansão da construção civil no Maranhão era similar ao do Ceará”, analisou José Reinaldo Júnior. “Além disso, São Luís é dotada de fatores aglomerativos que favorecem o seu crescimento econômico. Em 2006, 30,5% das empresas; 47% dos empregos e 67% da remuneração estavam localizados em São Luís. Isto, sem dúvida, contribuiu para o crescimento econômico”, completou. Os números da FGV, porém, são polêmicos. O sociólogo da UFMA, Marcelo Carneiro, não concorda com a classificação das classes A e B feita pelo estudo de Marcelo Néri. Porque a faixa de renda mínima de R\$ 4.591,00, não refletiria, principalmente, os padrões de consumo dos considerados “ricos”. “Com essa classificação, você junta fatos qualitativamente diferentes, padrões de consumo díspares. Eu, professor universitário, por esta classificação, faria parte da elite econômica, mas sabe-se que a real elite econômica hoje compra na Daslu, por exemplo”, disse o professor. “Se pudesse localizar estes dados, de forma apenas empírica, teria Calhau, Renascença como classe A. E Cohaserma, Cohama como classe B. São situações diferentes dentro de uma elite econômica”, ressaltou. O professor ainda citou o trabalho “Os ricos no Brasil”, organizado pelo atual presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann. “A definição de riqueza e de classes ricas utilizada foi considerar as famílias que estão na parte superior da distribuição de renda no Brasil, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000. No caso do Maranhão, nós temos um total de 5.722 famílias ricas”, descreveu Carneiro. Sobre a classe média maranhense, os dados da Fundação Getúlio Vargas mostram um comportamento dicotômico dessa faixa de renda. Em dados absolutos, o número de pessoas que passaram a fazer parte da classe média cresceu; em números relativos, houve uma redução das pessoas integrantes da classe C. Pelo estudo da FGV, em 1996, 327.949 faziam parte da classe média ludovicense; hoje, 392.457 estão nessa faixa. No entanto, a proporção de moradores incluídos na classe C caiu de 42%, em 1996, para 39,36%, no ano passado. Hoje, o ludovicense tem média de estudo de 7,6 anos. Em 1996, esse tempo era de 5,84 anos. Esse é o oitavo maior entre as capitais brasileiras, um índice parecido como o de São Paulo – 7,5 anos. Esse componente também é importante para a redução da pobreza em geral.